

Governo garante que cumpriu todas as metas

O Banco Central divulgou ontem os dados que mostram o cumprimento de todas as metas acertadas com o Fundo Monetário Internacional para o final de setembro e anunciou que "o FMI já liberou, para o saque no próximo dia 30, 374,5 milhões de Direitos Especiais de Saque (DES), equivalente a US\$ 380 milhões, correspondentes à quarta parcela do financiamento ampliado programado para o ano". Ao final de setembro, a dívida externa do país atingiu US\$ 98,6 bilhões e o Brasil acumulou reservas internacionais líquidas — no conceito mais restrito do FMI — de US\$ 1,36 bilhão.

Ao tornar públicos os números entregues pelos ministros do Planejamento, Delfim Netto, e da Fazenda, Ernane Galvêas, à missão do FMI, na última terça-feira, o Banco Central ressaltou que "os critérios de desempenho do programa de ajustamento econômico foram inteiramente cumpridos. "quase todos com significativas margens em relação aos tetos ou metas para o final do terceiro trimestre", contidas na sexta carta de intenções do país ao Fundo.

De janeiro a setembro, o Brasil acumulou saldo de US\$ 5,8 bilhões no balanço de pagamentos, superior até a meta de US\$ 5,7 bilhões para o ano, em razão do "excelente comportamento da balança comercial". Sem contratar empréstimos novos fora do "pacote" da fase 2 da renegociação global de fvereiro a dívida externa refletiu ainda a expansão contida das importações financeiras e cresceu apenas US\$ 7 bilhões, nos nove primeiros meses do ano, contra o teto

de US\$ 8,6 bilhões imposto pelo FMI (veja quadro).

O comportamento da balança comercial também permitiu a acumulação de reservas internacionais líquidas — todos os ativos menos dívidas de curto prazo e aquelas contraídas junto ao FMI — de US\$ 4,59 bilhões, de janeiro a setembro. Em consequência, a posição das reservas no conceito mais restrito do FMI passou de menos US\$ 3,23 bilhões, em dezembro de 1983, para mais de US\$ 1,13 bilhão, em junho, e US\$ 1,36 bilhão, em setembro último.

Com o crescimento das reservas, o Banco Central informou que o país cumpriu com tranquilidade o teto do crédito interno líquido, apesar do desvio acentuado na expansão da base monetária — emissão primária de moeda: "Dados preliminares indicam que o crédito interno líquido atingiu, em setembro, Cr\$ 420 bilhões, mantendo

substancialmente abaixo do teto de Cr\$ 1,6 trilhão, estabelecido no programa de ajustamento econômico, e acumulando queda de Cr\$ 6,19 trilhões no ano".

O déficit público nominal fechou os nove primeiros meses do ano em Cr\$ 44,19 trilhões, apenas Cr\$ 310 bilhões abaixo do teto acordado com o FMI, de Cr\$ 44,5 trilhões. Esse déficit foi financiado internamente no total de Cr\$ 41,23 trilhões e externamente no montante de Cr\$ 2,96 trilhões. Sem folga e com inflação muito acima do projetado de 194% o governo precisará pedir a revisão do teto de Cr\$ 67,3 trilhões para o final do ano. Com o expurgo dos efeitos das correções monetárias monetária e cambial, o déficit público operacional refletiu o desvio inflacionário e alcançou apenas Cr\$ 551 bilhões, de janeiro a setembro, a metade do Cr\$ 1,1 trilhão previsto na sexta carta de intenções.